



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ATA N.º 26/2012 -----

-----Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram **catorze horas e trinta minutos.**-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia **17 de dezembro de 2012**, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **2.354.164,78 € (dois milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e quatro euros e setenta e oito cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----

ASSUNTOS

1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Não se encontrando presente nenhum munícipe não se registou qualquer intervenção.-----

2 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

2.1 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES-----

2.1.1 – TURISMO – EXTINÇÃO DO PÓLO SERRA DA ESTRELA-----

-----O Vereador Mário Alves iniciou a sua intervenção, salientando que, a título de diversão política, e no que se refere ao Turismo, mais precisamente ao Pólo Serra da Estrela, gostaria de dizer que, “foi uma grande “atoarda” política utilizada para atacar o executivo, à data”. Disse tratar-se de uma questão que, à data, foi alvo de campanha política e de várias discussões na Assembleia Municipal pelo facto de se entender que “era um erro crasso, um erro histórico, um erro colossal, a adesão de Oliveira do Hospital ao Turismo do Centro de Portugal, em vez de aderir ao Pólo de Turismo da Serra da Estrela”. Disse igualmente que “e este executivo em permanência, no seu início, também fez um conjunto de démarches políticas, junto de deputados, e não só, no sentido de que, efetivamente, houvesse uma alteração à adesão do concelho de Oliveira do Hospital ao Polo do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Turismo da Serra da Estrela”. Mais referiu que “à data contra-arguntei com uma série de elementos relativamente a esta matéria, dizendo que, esta situação, era uma situação inviável em termos práticos e que este Pólo tinha sido criado para manter, no fundo, em exercício de funções, alguns daqueles apaniguados, nomeadamente do Governo de então, quando era do conhecimento público que a Região de Turismo da Serra da Estrela, que, depois passou a pólo, estava completamente falida. E para espanto de todos, quando foi disponibilizada verba àquela entidade para resolver os problemas financeiros da entidade, à data, a primeira preocupação do responsável pelo Turismo foi comprar um carro novo, em vez de pagar aos fornecedores”. Prosseguiu referindo que, já há algum tempo, tomou conhecimento através da comunicação social de que estes pólos vão ser extintos, medida com a qual concorda porque, em seu entender, não se justifica a sua existência. Relembrou no entanto que “a política é a ciência ou a arte de governar”, salientando que, governar significa ter capacidade para antecipar, para prever e para planificar, mostrando-se satisfeito por ter tido essa capacidade, à data respetiva. Esclareceu que a sua intervenção se deve ao facto de, na última reunião da Câmara Municipal, o vereador José Francisco Rolo ter dito que “...da economia 50% é psicologia e o resto é economia...”, acrescentando que “eu diria que da política, 50% é convicção, e a outra parte é o resto”. -----

-----Sobre o assunto o Presidente da Câmara disse ter tido sempre a convicção de que “a nossa identidade é a Serra da Estrela em termos de Turismo e com a qual Oliveira do Hospital se identifica muito”. Referiu no entanto que “não me custa admitir que, perante o quadro da nova reorganização, o Pólo da Serra da Estrela perdeu muito”. Disse reconhecer que, relativamente ao Turismo do Centro, embora as palavras de apoio tenham sido confortantes, elas não trouxeram quaisquer meios materiais/monetários de apoio ao Município de Oliveira do Hospital. -----

-----O vereador Mário Alves afirmou que a sua convicção vai mais longe, pois entende que “regiões de turismo como aquelas que temos, não precisamos delas para nada”, sublinhando que “essa é que é a minha convicção”, defendendo no entanto o sistema que existia anteriormente em que as autarquias recebiam uma percentagem do IVA turístico. Lembrou ainda que “vamos entrar numa fase em que, mais importante que as missões, são as convicções”. -----

-----Interveio o vereador José Francisco Rolo esclarecendo que, numa anterior reunião, apenas se referiu a uma afirmação da Sr^a Angela Merkel em que se dizia que “*mais de 50% da economia é psicologia, isto é, estado de espírito, estado da alma perante expectativas positivas ou negativas*”. Disse no entanto entender que por vezes “na política o resto é 50% teimosia e 50% de alguns casos, é de indignação”. Prosseguiu referindo que “o Turismo é uma atividade muito séria por se tratar de uma atividade económica/ empresarial”, lembrando que a atividade turística representa 12% do produto interno bruto e para 2015/2016 estima-se que venha a representar 15% do produto interno bruto, ou seja, em termos de entrada de receitas para o país é tão importante, como a criação e a sustentabilidade dos postos de trabalho. -----

-----No que se refere à extinção dos Polos Turísticos, disse entender que “era possível manter os polos de identidade turística através de, novas estratégias, uma vez que a Serra da Estrela é uma marca muito forte e um destino atrativo”. Disse acreditar que essa abordagem seria possível, assim como também acredita que ao aumentar a escala ao nível da Região Centro – o Turismo do Centro, é muito vago, já que não tem uma marca própria. Referiu ainda que quando confrontados pelos operadores turísticos das Unidades de Alojamento Turístico e Agências de Viagem, particularmente os de Oliveira do Hospital, há uma tendência muito grande em se remeterem para a Serra da Estrela, exigindo da Câmara Municipal que se trabalhe no sentido de projetar a oferta turística do concelho, identificada com a Serra da Estrela. Considera que, quer se queira, quer não, a marca Serra da Estrela é muito forte, com notoriedade e é atrativa, embora precise de ser trabalhada como qualquer marca. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Quanto ao Turismo do Centro disse entender que 90% é psicologia e 10% é tudo aquilo que se vai conseguindo, pois apesar de aquela entidade mostrar muita simpatia e cortesia de facto percebe-se que, das sucessivas abordagens que o Município de Oliveira do Hospital tem feito, continuam a faltar os apoios aos eventos que o próprio Turismo do Centro reconhece como marcas fundamentais para a Região do Turismo do Centro, tais como a Festa do Queijo Serra da Estrela e o regresso do Rali Cidade de Oliveira do Hospital por exemplo. Disse que apesar do agendamento de duas reuniões em Oliveira do Hospital para tratar de questões sérias, ambas foram adiadas à última da hora. Esclareceu assim que, por força do adiamento dessas reuniões, continua por elaborar o roteiro turístico da cidade de Oliveira do Hospital e continua por requalificar o interior do Posto de Turismo de Oliveira do Hospital e bem assim a sua integração na Rede de Postos de Turismo da Entidade Regional de Turismo do Centro tal como prometido pela Direção do Turismo do Centro em novembro de 2009. Lembrou que, ainda recentemente, o Dr. Pedro Saraiva esteve em Bruxelas para apresentar a rede das Aldeias do Xisto como a *Case Study* em termos de oferta turística do interior mas depois falta o apoio e a divulgação das Unidades de Turismo em Espaço Rural. Considera assim que tem havido alguma desatenção para com o interior, salientando que “precisamos neste momento de compensação, até porque não poderão dizer que não há dinheiro para o setor turístico, seja ao nível da região centro, seja ao nível de outros destinos turísticos”. Verificou igualmente que se tem registado um grande crescimento da atividade turística, de visitantes Brasileiros na região centro, garantindo que a Câmara Municipal fará o que tiver de fazer, mas considera que o Turismo do Centro Portugal tem que cumprir a sua missão e tem que começar a olhar para o território para além de onde termina Coimbra, ou seja, o interior do distrito até à Serra da Estrela. -----

-----O vereador José Carlos Mendes, tomando uso da palavra, disse corroborar da visão/ posição do vereador José Francisco Rolo pelo facto de entender que não se pode esquecer a região da Serra da Estrela por considerar que o concelho não poderá, isoladamente, fazer o trabalho que deve ser feito pelo Turismo do Centro. Disse que os concelhos têm que fazer o seu trabalho mas considera que tem que haver uma organização que promova a Serra da Estrela de forma integrada, ou seja, no seu conjunto. Referiu que, na sua opinião, “enquanto a zona centro não tiver uma porta de entrada para os visitantes estrangeiros, não teremos o número de visitantes que gostaríamos de ter”. Considera que os responsáveis pelo Turismo do Centro deveriam negociar com quem de direito a possibilidade de não serem construídas novas pistas aeroportuárias na área da cidade do Porto, no sentido da região centro poder ser mais valorizada como região à base de Monte Real, ao que o Presidente da Câmara disse tratar-se de um assunto que tem sido muito debatido em vários locais, por responsáveis governamentais, designadamente no concelho da região. -----

-----O vereador Mário Alves teceu breves considerações sobre o assunto, afirmando que “não comungo da tese do vereador José Francisco Rolo pelo facto de entender que quanto mais se partilha, pior é em termos de funcionamento”. Lembrou ainda que as regiões de turismo que temos no país não têm disponibilidade financeira para fazer promoções, sublinhando que existe um Posto de Turismo em Oliveira do Hospital, porque o Município disponibilizou as instalações para o efeito. Salientou que “isto não é normal, pois o normal seria a Região de Turismo ter na cidade de Oliveira do Hospital um posto de turismo a sério para fazer a promoção turística”, ao que o vereador José Francisco Rolo realçou que “esse foi um dos compromissos assumidos pelo Turismo do Centro Portugal”. -----

-----Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que “não faz qualquer sentido a existência de um posto de turismo em cada concelho da região”, frisando que, no que se refere à promoção dos eventos, quem habitualmente já faz a sua promoção é o Município, pelo que, não é por isso que deixa ou vai deixar de os realizar. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

2.1.2 - SITUAÇÃO IRREGULAR DE UM ACESSO À VIA PÚBLICA NA RUA DR. VIRGÍLIO FERREIRA, EM OLIVEIRA DO HOSPITAL -----

-----O Vereador Mário Alves referiu que, já por várias vezes alertou a Câmara Municipal para o facto de verificar que a entrada de acesso a uma propriedade na Rua Dr. Virgílio Ferreira continua precisamente na mesma. Disse entender que “isto é demonstrativo de uma inoperância total da Câmara Municipal em fazer cumprir a lei”. Salientou que “não se trata de mais nada a não ser fazer cumprir a lei”, referindo que se a referida situação permanece por incapacidade dos serviços técnicos, no seu entender, deve ser feito um inquérito para averiguar qual o motivo, pois considera que as pessoas têm de ser responsabilizadas. Afirmou que “não são só os políticos têm de ser responsabilizados”, realçando que, “se foi dada uma ordem no sentido de que a legalidade fosse reposta, e se verifica que o mesmo não foi feito, então deve o Sr. Presidente da Câmara abrir um processo de inquérito para averiguar sobre quais as razões que levam à manutenção desta situação. Referiu ainda que, no seu entender, não há razões para que a situação em causa continue como está, lembrando que se trata de uma situação que anuncia alguma perigosidade para quem circula naquela via.-----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara disse ter na sua posse um relatório dos serviços técnicos, mas entende que o mesmo não é conclusivo.-----

-----O vereador Mário Alves lembrou que, da presente ordem do dia, consta uma situação, embora de outros contornos, mas que é idêntica, para ser devidamente analisada pela Câmara Municipal, estranhando no entanto que um relatório técnico diga que se pode mexer em algo em que só a entidade administrativa (Câmara Municipal) pode intervir.-----

-----Interveio o vereador José Carlos Mendes corroborando a posição do vereador Mário Alves. Salientou ainda que “não é preciso ser Fiscal para perceber que aquela intervenção está ilegal”.-----

2.1.3 – PRAÇA DR. VASCO CAMPOS/ DEPÓSITO DE DETRITOS/RESÍDUOS JUNTO À ESTRADA LIGA SÃO PAIO DE GRAMAÇOS À ZONA INDUSTRIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

-----O Vereador Mário Alves alertou a Câmara Municipal para o “ar de abandono” da Praça Dr. Vasco Campos, em Oliveira do Hospital, verificando que, nem as simples ramagens existentes junto ao tronco da Oliveira que se encontra junto ao busto do Dr. Vasco Campos, 0000000 foram cortadas. Disse entender que a referida situação lhe dá a sensação de que não há ninguém na Câmara Municipal que circule na zona em causa e veja o que se está a passar no referido local. Disse também verificar a falta de limpeza em alguns arruamentos da cidade.-----

-----Dirigindo-se ao vereador José Francisco Rolo, o vereador Mário Alves referiu que têm sido feitas muitas campanhas no âmbito da Ação “Limpar Portugal”, mas mesmo assim verifica que a via que liga São Paio de Gramaços à Zona Industrial de Oliveira do Hospital, nas suas laterais, está completamente cheia de detritos (ex: garrafas, plásticos). Disse entender que a autarquia não deve permitir que tal situação se mantenha, defendendo assim que sejam os serviços da Câmara Municipal a proceder à sua limpeza, por considerar que está em causa uma via que fica nas imediações da cidade de Oliveira do Hospital. Alertou assim para a necessidade da Câmara Municipal estar mais atenta a estas questões.-----

-----O Presidente da Câmara reconheceu que não se tem apercebido do “ar de abandono” da Praça Dr. Vasco Campos, em Oliveira do Hospital, conforme foi referido pelo senhor vereador, comprometendo-se no entanto em mandar uma equipa ao local para proceder à sua limpeza ainda



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

antes do Natal. Deu ainda conta que está a ser elaborado um estudo no sentido de ser construído naquela zona um telheiro para servir de abrigo aos alunos.-----

----- No que se refere à falta de limpeza da via que liga São Paio de Gramaços à Zona Industrial de Oliveira do Hospital, disse desconhecer tal situação, garantindo no entanto que iria solicitar aos serviços técnicos que se desloquem ao local para proceder à limpeza da referida via, ao que o vereador José Francisco Rolo acrescentou que iria mandar recolher os detritos lá depositados, lembrando que se trata de uma zona que foi limpa aquando da iniciativa “Limpar Portugal”.-----

2.1.4 – ÚLTIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----O Vereador Mário Alves disse ter tido conhecimento de um ato que ocorreu na última sessão da Assembleia Municipal, afirmando que “os cidadãos têm o direito de reclamar e de fazerem aquilo que entenderem, agora, não têm é o direito de insultar quem quer que seja, e muito menos aqueles que exercem funções para as quais foram eleitos diretamente pelo povo”. Disse que, “já no passado ocorreram situações idênticas em reuniões ordinárias públicas da Câmara Municipal, em que, infelizmente, nem sempre notei essa solidariedade de alguns dos meus pares, entendo que, nestas situações tem que haver solidariedade política e não podemos admitir que haja o “achincalhar” das pessoas porque ninguém tem o direito de entrar na casa onde se exerce a democracia no concelho e “achincalhar” quem quer que seja”. Referiu entender que “têm o direito de reclamar, dentro daquilo que é a boa educação e a justiça, mas não têm o direito de achincalhar”. Manifestou assim a sua indignação pelo sucedido na última sessão da Assembleia Municipal, ao que o Presidente da Câmara agradeceu ao vereador Mário Alves a solidariedade por si manifestada.

-----Sobre o assunto o Presidente da Câmara disse entender que “todos os munícipes têm o direito, dentro das regras da boa educação, de se dirigirem ao Presidente do Município para lhe pedirem esclarecimentos”. Lamentou no entanto que “um conjunto de pessoas educadas, e que até nem se revêm neste tipo de situações, tenham sido “usadas”, por uma outra pessoa, para fazer um ajuste de contas com o Presidente do Município por causa de uma cessação de contrato relacionado com um posto de trabalho ligado ao GTL – Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal que, entretanto, foi extinto, quando aquilo que estava em causa era a reivindicação de uma população relativamente a uma intervenção a realizar na localidade de Felgueira Velha. Esclareceu tratar-se de uma intervenção que devido ao elevado custo não é possível de concretizar, pelo que acredita ter-se tratado de uma concertação política da Comissão Política do PSD, já que as pessoas que intervieram não têm qualquer ligação à Felgueira Velha, lembrando ainda que não sofreu qualquer insulto por parte da população daquela localidade. Concluiu lamentando efetivamente o sucedido, afirmando no entanto que “não sou homem de medos, nem cedo a ameaças ou chantagens”.-----

2.2 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ CARLOS MENDES-----

2.2.1 – SEGURANÇA RODOVIÁRIA NO CONCELHO-----

-----O Vereador José Carlos Mendes disse ter conhecimento de que a Câmara Municipal tem feito chegar às Estradas de Portugal a necessidade de intervenção na Estrada Nacional 17, salientando no entanto que, mesmo assim, aquela via continua a apresentar crateras que, no seu entender, podem originar graves acidentes de viação. Realçou assim a necessidade de, mais uma vez, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital apelar àquela entidade uma intervenção rápida naquela via.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Pelo senhor vereador foi ainda referido que, face às condições climatéricas, tem verificado que também nas estradas municipais do concelho vão surgindo “buracos”, sugerindo ao Sr. Presidente da Câmara que mande os serviços técnicos da autarquia fazer o ponto de situação no sentido de se proceder ao arranjo das mesmas. -----

-----No seguimento da sua intervenção na reunião da Câmara Municipal de 16 de outubro de 2012, o vereador José Carlos Mendes lembrou ainda a necessidade da Câmara Municipal intervir na freguesia de Penalva de Alva, nomeadamente na via que circula dentro da povoação, pelo facto de existir um arruamento, em direção a uma urbanização que era do Sr. Manuel Pereira, que está ligeiramente inclinado, e por força das manilhas que foram colocadas na respetiva valeta, já ocorreram alguns acidentes. Disse tratar-se de uma intervenção que, na sua opinião, é muito simples mas que no futuro poderá evitar a ocorrência de acidentes naquela zona, ao que o Presidente da Câmara deu conta que já solicitou aos serviços técnicos da autarquia que se deslocassem ao local para intervir no sentido de corrigir aquela situação. -----

3 - ORDEM DO DIA -----

3.1 - ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE A REORGANIZAÇÃO DAS NUT'S-----

-----Pelo Presidente da Câmara foi presente um extrato da notícia que hoje foi publicada pelo Diário “As Beiras”, a dar conta que o Presidente da CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro anunciou que vai propor ao Governo um mapa com sete NUT III (unidades territoriais para fins estatísticos) ao invés das atuais 12. -----

-----Sobre o assunto, interveio o vereador Mário Alves referindo que, na sua opinião, “fez-se aquilo que já era habitual, ou seja, ouviram-se os municípios mas na verdade já está tudo decidido”. Disse entender que “a audição foi uma mera ação de discussão para entreter as pessoas, porque, o que agora foi anunciado, já estava feito antes de se fazer esta audição”. -----

-----O vereador José Francisco Rolo frisou que se tratou de uma encenação, ou seja, “o poder encenou-se perante os municípios”. -----

-----O Presidente da Câmara disse acreditar que, Oliveira do Hospital, atendendo à sua localização, terá a possibilidade de optar entre as NUT's da Guarda, de Coimbra ou de Viseu. Entende assim que a Câmara Municipal deve, desde já, tomar uma posição relativamente a esta matéria, salientando no entanto que alguns municípios já solicitaram ao responsável da CCDRC uma reunião para obterem informações concretas sobre esta questão, não tendo a mesma sido agendada até à data. -----

-----O vereador Mário Alves disse entender que, tudo o que seja ligação contranatura dá mau resultado, afirmando que “para mim Viseu é contranatura, Oliveira do Hospital não tem identificação com Viseu, nem tão pouco com o sistema de funcionamento dos órgãos daquela região, tal como não temos qualquer ligação com a Guarda, nem com o modelo de funcionamento da maioria dos municípios que vão compor a NUT da Guarda”. Entende assim que “não há nada melhor do que tomar uma decisão natural, e essa decisão passa por Oliveira do Hospital optar pela NUT de Coimbra”. Lembrou que “por todas as razões, desde a educação à saúde, Oliveira do Hospital sempre esteve ligado a Coimbra”. -----

-----Tomando uso da palavra, o vereador José Carlos Mendes referiu discordar da posição do vereador Mário Alves, referindo que, embora não tenha dados concretos, mas tendo em conta a sensibilidade relativamente a este assunto, considera que Oliveira do Hospital deveria optar pela NUT da Guarda. Lembrou que “tal como ao nível do Turismo do Centro, Oliveira do Hospital não tem tido nada, também noutras coisas nada tem tido, e já pertence a Coimbra”. Afirmou que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

“Coimbra, apesar de ser a cidade de que mais gosto, tem olhado para Oliveira do Hospital como o “parente pobre” que não vale a pena dar-lhe atenção, no entanto, sinto que, o concelho de Oliveira do Hospital tem sido sistematicamente prejudicado por quem tem estado à frente dos diversos organismos em Coimbra”. Mais referiu que “as NUT’s são muito importantes por causa dos fundos comunitários, e é nesse campo que elas são fundamentais”, lembrando que “há coisas que Oliveira do Hospital poderia fazer conjuntamente com Seia”, frisando que “Seia está muito mais próxima de Oliveira do Hospital que propriamente Tábua e Arganil”. Salientou que, na sua opinião, há um conjunto de infraestruturas que podem ser comuns às duas cidades, citando como exemplo o abastecimento de água ao concelho de Oliveira do Hospital, que advém do concelho de Seia. Entende no entanto que, para tomar uma posição relativamente a esta questão deveria ter acesso a elementos mais concretos, declarando assim que, pelo que tem visto e pelo que conhece, defende muito mais a adesão de Oliveira do Hospital à região da Guarda do que à região de Coimbra, apesar de gostar muito daquela cidade.-----

-----O Presidente da Câmara disse entender que “todas as razões que foram apontadas pelo vereador José Carlos Mendes não deixam de ser pertinentes”, defendendo no entanto a posição do vereador Mário Alves por considerar que a adesão de Oliveira do Hospital a Coimbra é muito mais vantajosa do que a Guarda. -----

-----O vereador Mário Alves lembrou ainda que o próximo volume de fundos comunitários se destina ao empreendedorismo, à inovação e à qualificação profissional, pelo que, a discussão a esta adesão, na base do investimento em betão ou ao nível de requalificações, se existir, vai ser mínima. Disse respeitar a opinião do vereador José Carlos Mendes, mas considera que ainda assim há muitas diferenças entre Coimbra e a Guarda, na forma de atuar em muitas áreas, nomeadamente na área da saúde e da educação.-----

-----O vereador José Carlos Mendes disse que, mesmo assim, considera que o concelho de Oliveira do Hospital não tem sido nada beneficiado. -----

-----O vereador Mário Alves disse desconhecer se subjacente às NUT’s não estará também uma nova reorganização administrativa, ao que o vereador José Carlos Mendes referiu que é por essa razão que entende faltarem elementos que permitam à Câmara Municipal tomar uma posição em relação a esta matéria. -----

-----Interveio vereador Paulo Rocha referindo que “os senhores vereadores têm toda a razão, mas na verdade, a nossa ligação natural é Coimbra, é a cidade onde temos maior vivência, é onde muitos de nós tem família e onde, certamente, muitos de nós têm ou irão ter filhos a estudar, e portanto, essa ligação é natural. No entanto, também é verdade que, até hoje, não ganhamos nada com Coimbra, pelo contrário, Coimbra aglutina e não distribui e isso tem sido um problema”. Considera que o mais importante, nesta matéria, é efetivamente a questão do financiamento comunitário, tendo em conta o rendimento *per capita*, reconhecendo no entanto que “nenhum de nós tem dados concretos para decidir o que quer que seja”. Referiu que “a notícia de hoje vai arrematar a discussão, isto está decidido, e Oliveira do Hospital e outros concelhos podem, eventualmente, “tombar” para um lado ou para o outro, porque tem um nexo territorial com duas ou três NUT’s”. Disse entender que “uma vez que foi solicitada uma reunião com o Sr. Presidente da CCDRC, devemos aguardar por informações adicionais e concretas relativamente a esta matéria”. -----

-----Depois de questionados pelo Presidente da Câmara o vereador Paulo Rocha disse ter muitas dúvidas se votará pela adesão de Oliveira do Hospital a Coimbra, ao que a vereadora Telma Martinho referiu que “de coração votaria em Coimbra, mas, objetivamente, Guarda”, e a vereadora Graça Silva que “de coração votaria pela adesão a Coimbra, mas, pensando no desenvolvimento do concelho e até mesmo na BLC3, votaria pela adesão à Guarda”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O vereador José Francisco Rolo disse entender que “Oliveira do Hospital, pela sua condição territorial, está dividido entre Coimbra e a Guarda”, realçando que “perante uma nova reorganização administrativa e novas condições financeiras que se anunciam para o país, defenderia a adesão a Coimbra, por considerar que, por variadas razões, será muito mais vantajoso para o concelho de Oliveira do Hospital ainda que resultem para esta discussão muitos dados e uma proposta clara do Governo para haver debate conclusivo. -----

-----O vereador Mário Alves lembrou ainda a eventual possibilidade de agregação de municípios. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

-----3.2 - ANÁLISE DA PROPOSTA DA DREC DE AGREGAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO -----

D.A.G.F.

-----Sobre o assunto supramencionado, os vereadores José Carlos Mendes e Telma Martinho começaram por lamentar o facto de só hoje terem tido acesso ao CD que continha informação relativa ao estudo em causa, quando têm conhecimento que “na rua já muita gente fala sobre este assunto”. -----

-----O vereador Mário Alves disse discordar do “lamentar” do vereador José Carlos Mendes por entender que “se algo estivesse decidido era sim lamentável mas como a última palavra é sempre a da Câmara Municipal, não é nada lamentável, porque é o executivo quem decide”, ao que o vereador José Carlos Mendes salientou que “é lamentável porque ouço falar de factos que desconheço”. -----

-----O Presidente da Câmara pediu desculpa pelo sucedido, esclarecendo no entanto que os senhores vereadores, apesar de na sexta-feira terem recebido por *e-mail* cópia de toda a documentação e ordem do dia, só hoje receberam o CD relativo a este estudo, porque (por opção própria) só no dia das reuniões é que recebem o envelope que contém os documentos para análise, ao que o vereador Mário Alves disse ter recebido o referido CD porque optou por receber o envelope à sexta-feira. -----

-----A vereadora Telma Martinho disse lamentar porque ainda ontem se realizou uma reunião na Escola Secundária de Oliveira do Hospital, para discutir este assunto, e para a qual foram convocados, e como vereadores desta Câmara Municipal, não tinham sequer conhecimento de dados que outros colegas tinham. -----

-----O vereador Mário Alves lembrou no entanto que, tendo este assunto sido alvo de discussão no Conselho Municipal da Educação, há professores que têm lá assento e como tal levaram o assunto para a rua, desconhecendo no entanto se o CD, à data, já estava ou não feito, ao que a vereadora Graça Silva respondeu que não. -----

-----O vereador José Carlos Mendes disse entender que, por essa razão, é que entende que este assunto deveria ter sido, previamente, abordado em anteriores reuniões camarárias, ou seja, antes do mesmo ser abordado no Conselho Municipal da Juventude. -----

-----Interveio a vereadora Graça Silva que explicou que, tal como foi referido pelo vereador Mário Alves, “existe um órgão próprio na Câmara Municipal que é o Conselho Municipal da Educação, onde, primeiramente, foi apresentado o resultado do trabalho de investigação por parte do Projeto Educativo Local, para hoje não estar a dar uma informação e amanhã outra, até porque o que estava na essência deste projeto era de facto termos a documentação relativa à primeira abordagem da Carta Educativa e só na quinta-feira passada é que tive acesso ao resumo final do ponto d) que é referente à Rede Escolar, aguardamos para que fosse possível fazer chegar essa informação aos senhores vereadores”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A vereadora Telma Martinho protestou no entanto pelo facto do assunto não ter sido apresentado no órgão em que deveria ter sido apresentado “em primeira mão”. -----

-----O vereador José Carlos Mendes também discordou da explicação dada pela vereadora Graça Silva, pelo facto de, em várias reuniões da Câmara Municipal, ter salientado por diversas vezes que era fundamental que a Câmara Municipal promovesse uma discussão aberta sobre a área da educação, e isso nunca ter sido feito. Referiu no entanto que, no que se refere ao Projeto Educativo Local, e apesar das ações que foram realizadas na Casa da Cultura César Oliveira, entende que seria de bom-tom que o executivo tivesse discutido o assunto antes do mesmo ter sido presente ao Conselho Municipal de Educação. Disse que os dados relativos a este trabalho foram utilizados como sendo o resultado final do mesmo que foram divulgados na dita reunião que teve lugar na passada quinta-feira. Entende assim que tinha o direito de ter tido acesso a esses dados, antes da referida reunião. -----

-----O vereador Mário Alves disse entender que a Câmara Municipal não pode ser responsabilizada pelo que outras pessoas dizem numa reunião, pois compete à Câmara Municipal tomar a decisão final, reconhecendo no entanto que o assunto deveria, efetivamente, ter sido, previamente, abordado em anteriores reuniões da Câmara Municipal para que, numa fase preliminar, os vereadores tivessem a oportunidade de se pronunciar sobre a matéria. O que não aconteceu. -----

-----O vereador José Carlos Mendes disse ter solicitado à vereadora Graça Silva elementos relativamente a esta matéria, e que, até à data, não lhe foram dados. -----

-----A vereadora Graça Silva esclareceu ainda que o CD contém apenas uma recolha de dados que foram obtidos através das escolas, IPSS's e de dados que a equipa que está a coordenar o Projeto Educativo Local conseguiu obter. Salientou que “ainda nada foi decidido, que está tudo em aberto e que é a primeira base de trabalho que foi apresentada e discutida no Conselho Municipal da Educação e que foi dado conhecimento à Sr^a Diretora Regional da Educação, numa reunião que ela própria convocou”. Explicou assim que só hoje trouxe o documento, porque antes não o tinha, tendo solicitado aos serviços que o mesmo fosse distribuído pelos senhores vereadores. -----

-----O vereador José Carlos Mendes esclareceu que a sua intervenção se deve à reunião que teve lugar ontem, porque fazendo parte do executivo não tinha conhecimento de factos que eram já do conhecimento dos seus colegas. -----

-----A vereadora Graça Silva esclareceu também que o que está em causa não é a aprovação do Projeto Educativo Local. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que “as coisas também se precipitaram porque a Sr^a Diretora Regional da Educação pressionou para que lhe fosse dada uma resposta até ao dia 31 de dezembro de 2012”, tendo prestado informações adicionais sobre uma reunião que foi solicitada por aquela responsável relativamente a esta matéria. -----

-----Ainda sobre este assunto e no que se refere aos Conselhos Gerais, o vereador Mário Alves referiu que “todos temos a noção de que o concelho de Oliveira do Hospital tem agrupamentos a mais, ou seja, tem territórios demasiado pequenos e com pouca população escolar que justifiquem a sua existência”, sublinhando que “este é que é o ponto fundamental”. Disse desconhecer a proposta apresentada pela Sr^a Diretora Regional da Educação, mas considera que “o concelho de Oliveira do Hospital tem agrupamentos de escolas a mais num território relativamente pequeno, com uma agravante, é que a população escolar é demasiado reduzida”. Salientou que se trata de uma situação que é do conhecimento de todos, mas considera que o maior problema são os postos de trabalho que estão em causa. -----

-----O Presidente da Câmara disse que “não fechamos os olhos à reorganização que se pretende efetuar, mas devemos ter em conta a defesa dos postos de trabalho que estão em causa,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

nomeadamente no que se refere aos funcionários na área administrativa e nos auxiliares de ação educativa”. Defendeu no entanto que o processo em causa fosse para já dividido em duas fases.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara informou ainda os senhores vereadores que a Diretora Regional de Educação propôs, em reunião recentemente realizada na Câmara Municipal, a criação de um único agrupamento no Município de Oliveira do Hospital. Assim, propôs que a Câmara Municipal aprovasse uma proposta alternativa com a seguinte organização dos agrupamentos de escolas do município, tendo por base o estudo em curso no âmbito do Projeto Educativo Local:-----

-----Um agrupamento que aglutine os Agrupamentos de Escolas da Cordinha e de Lagares da Beira, outro que reúna os Agrupamentos de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas e Vale do Alva, e a não agregação aos antecedentes da Escola Secundária de Oliveira do Hospital. ----

-----Pelo exposto, o vereador José Carlos Mendes lembrou que apesar desta questão ter sido adiada em Oliveira do Hospital, “os mega agrupamentos já são uma realidade no país há cerca de um ano”. Referiu que “acima de tudo é um procedimento que advém, não pela qualidade de ensino, mas sim por questões financeiras”, sublinhando que “e desta forma, todos sabemos que os mega agrupamentos conseguem diminuir, em muito, os custos na educação”. Manifestou no entanto a sua preocupação pelo facto de se tratar de um procedimento que, à partida, porá em causa alguns postos de trabalho. Disse desconhecer se na Escola Secundária foi feito algum estudo sobre os alunos que entram no 10º Ano vindos dos diversos agrupamentos do concelho, mas considera que seria fundamental que o mesmo fosse feito para servir de base a esta questão do mega agrupamento, pois apercebe-se que esses alunos têm muitas dificuldades de adaptação quando entram no secundário.---

-----O Presidente da Câmara disse discordar do vereador José Carlos Mendes, lembrando que “muitos dos alunos que passaram pelos agrupamentos de escolas da periferia são hoje licenciados e bons profissionais”, frisando que “bons alunos e maus alunos há em todas as escolas, sejam elas ou não da periferia”. -----

-----O vereador Mário Alves defendeu o agrupamento único por considerar que só traz vantagens para os alunos e para os professores, salientou no entanto “a necessidade de ser elaborado um estudo para averiguar, do pessoal auxiliar e administrativo ao serviço nos agrupamentos, quantos é que vão ser dispensados devido à fusão, para que possa haver uma medida de exceção que permitissem às pessoas com mais de 50 anos entrar numa “pré-aposentação”, para que ninguém fosse prejudicado por uma questão de justiça”.-----

-----O Presidente da Câmara disse temer que esta medida também venha a atingir os docentes. ---

-----O vereador José Carlos Mendes esclareceu ainda que a sua intenção não é tomar qualquer partido, mas sim ajudar o município a tomar uma decisão relativamente a esta matéria. -----

-----A vereadora Graça Silva agradeceu os contributos cedidos pelos senhores vereadores, dando conta que irá então agendar uma reunião para que, em conjunto, possam trabalhar de forma construtiva e mais produtiva na área da educação. No que se refere ao Projeto Educativo Local disse que o mesmo ainda não foi discutido na sua essência, sublinhando que “aquilo que está no CD no âmbito do Projeto Educativo Local é apenas o estudo demográfico, não só da população em geral do concelho, mas também da população escolar, para que possa servir de base no trabalho do Projeto Educativo Local na Rede Escolar e na formação dos jovens ao nível de outras áreas, bem como de tudo aquilo que aqui foi abordado”. -----

-----Assim e depois de diversa troca de impressões, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Presidente da Câmara.”-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- Neste momento, o vereador José Carlos Mendes deu por finda a sua participação na presente reunião uma vez que teve que se ausentar por motivos profissionais, eram 17:50 horas. -----

3.3 - MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A. - ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL -----

D.A.G.F.

-----Sobre o assunto mencionado em epígrafe e no seguimento da deliberação camarária de 16 de junho de 2012, o vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença numa reunião de acionistas com o acionista maioritário da empresa Município, E.M., S.A., que teve lugar no passado dia 10 de dezembro, no salão nobre da Câmara Municipal de Oeiras, dando conta que aquele município decidiu que não vai comprar as ações dos municípios que não tenham feito aquisições relevantes à Município, nos últimos anos. Deu ainda conhecimento da proposta de aquisição feita pela própria Município. -----

-----Analisado o assunto e prestados os necessários esclarecimentos por parte do vereador Paulo Rocha, a Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por todos os membros presentes, adiar a sua decisão relativamente a esta matéria até à apresentação da prestação de contas da empresa Município, E.M., S.A.-----

3.4 - UNIDADE PASTORAL - PEDIDO DE CEDÊNCIA DO ANTIGO EDIFÍCIO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE VILA FRANCA DA BEIRA (INSTALAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS DA CORDINHA)-----

D.A.G.F.

-----Tendo presente a carta, datada de 1 de dezembro de 2012, remetida pelo Pároco responsável pelas Paróquias de Seixo da Beira e Ervedal da Beira, a solicitar a cedência de uma sala no edifício da Antiga Escola Primária de Vila Franca da Beira visando a instalação da sede do futuro Agrupamento de Escuteiros da Cordinha, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, autorizar a cedência do espaço em causa. -----

3.5 - ESCRITURA DE JUSTIFICAÇÃO-----

D.A.G.F./DOC.2

-----Tendo presente a informação jurídica n.º 73/2012, datada de 17 de dezembro do ano em curso, devidamente fundamentada, ficando um exemplar arquivado em pasta anexa ao livro de atas, cujo teor se dá integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, e prestados os necessários esclarecimentos sobre o assunto, a Câmara Municipal, deliberou por todos os membros presentes, concordar com o teor da mesma e adquirir, por usucapião, o prédio composto de casa com 2 andares a confinar do norte com Maria da Conceição Tavares, do nascente com Rua, do sul com herdeiros de Dr. Francisco Cabral Metelo e do poente com herdeiros de Dr. Francisco Cabral Metelo, com a superfície coberta de 54 m², inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Oliveira do Hospital sob o n.º 178, em nome de Município de Oliveira do Hospital. -----

-----Mais foi deliberado, autorizar a outorga da respetiva Escritura de Justificação Notarial (com base na posse pacífica, publicada, continuada, de boa fé e na convicção de que se exerce um direito próprio) e, autorizar o Presidente da Câmara a assinar tal documento.-----

3.6 - LIGA DE INICIATIVA E MELHORAMENTOS DE TRAVANCA DE LAGOS - EMISSÃO DE DECLARAÇÃO-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F./Prcº53/4

-----Tendo presente o ofício nº 012/2012, datado de 14 de dezembro, remetido pela entidade mencionada em epígrafe, a Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por todos os membros presentes, emitir uma declaração a manifestar a sua disponibilidade para financiar até ao montante de 50.000,00 € (Cinquenta mil euros), as obras de requalificação do edifício sede da Liga de Iniciativa e Melhoramentos de Travanca de Lagos, a executar por aquela entidade, caso estas se venham a concretizar no âmbito da candidatura a apresentar ao PRODER. -----

3.7 - ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA CANTINA MUNICIPAL -----

D.A.G.F./DOC.3

-----Tendo presente a Proposta de Alteração ao Regulamento da Cantina Municipal e prestados os necessários esclarecimentos sobre o assunto, por parte do vereador Paulo Rocha, a Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea a) do nº 7 do artigo 64º do Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta, com introdução das sugestões/ alterações propostas pelo vereador Mário Alves, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

3.8 - ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS A PRATICAR NA CANTINA MUNICIPAL -----

D.A.G.F.

-----Na sequência das alterações introduzidas ao Regulamento da Cantina Municipal e prestados os necessários esclarecimentos por parte do vereador Paulo Rocha, a Câmara Municipal, depois de uma breve troca de impressões entre os senhores vereadores relativamente à proposta de preços a praticar pela Cantina Municipal no que se refere à refeição ligeira, de que constam, sopa, pão, miniprato de carne/ peixe ou miniprato de dieta, água/ vinho e fruta ou doce, e por sugestão do vereador Mário Alves, deliberou, por todos os membros presentes, fixar os seguintes preços de venda para a refeição ligeira, tendo tomado conhecimento de que o preço de venda da refeição tipo, composta por um prato de carne/ peixe ou um prato de dieta, fruta ou doce, foi fixado pela Portaria nº 421/2012, de 4 de setembro: -----

-----Refeição ligeira (sopa, pão, miniprato, água e fruta ou doce) – 2,50 € (dois euros e cinquenta cêntimos); -----

-----Vinho (20 cl) – 0,30 € (trinta cêntimos).-----

3.9 - LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE DESPORTIVA/OUTRAS - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

3.9.1 - GRUPO AVENTURA DUAS ANTAS – RATIFICAÇÃO -----

D.A.G.F./Proc.69/4/DOC.4

-----Nos termos do disposto no nº. 3 do artigo 68º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, ratificar a decisão do Presidente da Câmara de isentar o Grupo Aventura Duas Antas do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento do passeio TT, que teve lugar no passado dia 2 de dezembro, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

3.10 - OBRAS PARTICULARES: -----

3.10.1 - LISTAGEM DE PROJETOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS -----
D.P.G.T./DOC.5

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal, dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 7 e 17 de dezembro de 2012, conforme listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

3.10.2 - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS: -----

3.10.2.1 - CENTRO DE RECREIO E CONVÍVIO DE ALVÔCO DAS VÁRZEAS -----
D.P.G.T./DOC.6

-----O Presidente da Câmara informou a Câmara Municipal de que, no uso da competência própria que lhe é conferida pelo n.º 1 do art.º 8º do Regulamento Geral de Taxas Municipais em vigor no Município e de acordo com a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão do Território n.º 49/2012, datada de 3 de dezembro de 2012, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, por despacho de 3 de dezembro de 2012, isentou o Centro de Recreio e Convívio de Alvôco das Várzeas do pagamento das taxas inerentes ao processo de comunicação prévia n.º 17/235/2012, relativo à execução de estacionamento em estrutura de madeira (cobertura), no montante de 260,31 € (duzentos e sessenta eurose trinta e um cêntimos). -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.10.3 - ANTÓNIO MORGADO FERREIRA ALVES -----
D.P.G.T./DOC.7

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara uma carta, datada de 2 de novembro de 2012, remetida pelo munícipe acima identificado, na qual solicita informação/ resposta acerca do pedido de autorização por si apresentado, por carta datada de 10 de setembro de 2012, para proceder ao rebaixamento do terreno junto à porta de acesso à cave da casa que está a recuperar na Rua Dr. Albano Mendes de Abreu, n.º 1, em Oliveira do Hospital. -----

-----Tendo-se verificado que o pedido em causa resulta na ocupação de um espaço da via pública (parcela de terreno com cerca de 1m²) e considerando que a mesma apenas servirá para uso exclusivo da habitação do requerente em apreço, a Câmara Municipal de acordo com a informação técnica, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, e sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por todos os membros presentes, proceder à alienação a favor do mesmo da parcela de terreno em causa, considerando que aquele espaço não tem qualquer utilização pública face à sua localização, caso se comprove que essa situação tem enquadramento legal e pode ser praticada pela autarquia nos termos supra referenciados.

3.11 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

3.11.1 - MAPA DE TRANSPORTES -----
D.A.G.F./DOC.8

-----Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na atual redação, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 23



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

de novembro e 17 de dezembro de 2012, e que constam do mapa que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

4 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES -----

4.1 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO -----

4.1.1 - AÇÃO SOCIAL -----

4.1.1.1 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS DE EMERGÊNCIA SOCIAL -----

-----4.1.1.1.1 – JORGE MANUEL SIMÕES PINTO-----

D.A.G.F./DOC.9

-----Tendo presente a informação social nº 51/GASS, datada de 14 de dezembro de 2012, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a Câmara Municipal nos termos do disposto no nº. 3 do artigo 68º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, deliberou, por todos os membros presentes, ratificar a decisão do Sr. Presidente da Câmara de atribuir ao Sr. Jorge Manuel Simões Pinto, residente na Rua das Quelhas, em Ervedal da Beira, um subsídio de emergência social de 300,00 €(trezentos euros), pago em 7 de dezembro de 2012, para fazer face às necessidades diárias mais prementes, em contrapartida da realização de 94 horas de trabalho socialmente necessário nos serviços da própria autarquia, nos termos constantes da informação acima referenciada. -----

-----4.1.1.1.2 – MARIA DE FÁTIMA PEIXOTO LUÍS-----

D.A.G.F./DOC.10

-----Tendo presente a informação social nº 66/2012, datada de 12 de dezembro, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a Câmara Municipal nos termos do disposto no nº. 3 do artigo 68º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, deliberou, por todos os membros presentes, ratificar a decisão do Sr. Presidente da Câmara de atribuir ao agregado familiar da D. Maria de Fátima Peixoto Luís, constituído pela própria, pelo companheiro, Sr. António Manuel Campos da Cruz, pelo Pai, Armindo Alves Luís e pela Mãe, D. Maria Helena Peixoto Madeira Luís, residentes em São Sebastião da Feira, um subsídio de emergência social de 300,00 €(trezentos euros), pago em 7 de dezembro de 2012, ao Sr. António Manuel Campos da Cruz, para fazer face às necessidades diárias mais prementes. -----

-----De acordo com a referida informação social e sob proposta do vereador José Francisco Rolo, mais foi deliberado, por todos os membros presentes, atribuir à D. Maria Helena Peixoto Madeira Luís, mãe da D. Maria de Fátima Peixoto Luís, um subsídio adicional no valor de 50,00 € (cinquenta euros) para fazer face às despesas tidas com a aquisição de medicação para doença crónica, que necessita obrigatoriamente de tomar.-----

-----Foi ainda deliberado que em contrapartida aos apoios concedidos, o companheiro da D. Maria de Fátima, Sr. António Manuel Campos da Cruz, realizará 94 horas de trabalho socialmente necessário, mediante a celebração de Acordo de Cooperação entre o município e os mesmos, nos termos constantes da informação acima mencionada. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- Neste momento, a vereadora Telma Martinho deu por finda a sua participação na presente reunião uma vez que teve que se ausentar por motivos profissionais, eram 18:36 horas. -----

4.1.1.2 – COMPLEMENTO ALIMENTAR SOLIDÁRIO – NATAL DE 2012 -----

D.A.G.F./DOC.11

-----No seguimento da deliberação camarária de 27 de novembro do ano em curso, e tendo presente a informação social nº 67/2012, datada de 14 de dezembro, o vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal que após auscultação dos técnicos concelhios gestores dos processos de ação social e RSI por parte do Gabinete de Ação Social e Saúde do Município, foram verificadas as famílias beneficiárias de ajuda alimentar do Banco de Recursos Sociais, tendo sido priorizadas um total de 126 famílias, ou seja: -----

----- Agregados familiares com 1/2 pessoas – 45 famílias – Vale de compras de 35,00 € (trinta e cinco euros); -----

----- Agregados familiares com 3/4 pessoas – 65 famílias – Vale de compras de 45,00 € (quarenta e cinco euros); -----

----- Agregados familiares com 5 ou mais pessoas – 16 famílias – Vale de compras de 55,00 € (cinquenta e cinco euros). -----

-----De acordo com os valores apresentados, informou que o custo total para a autarquia é de 5.380,00 € (cinco mil trezentos e oitenta euros), tendo proposto à Câmara Municipal a aprovação das Normas para implementação do Cheque Complemento Alimentar Natalício no Município de Oliveira do Hospital, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como a aprovação do valor dos respetivos Cheques-Compra a disponibilizar pelo município aos agregados familiares beneficiários de ajuda alimentar do Banco de Recursos Sociais de Oliveira do Hospital nos termos acima descritos. -----

-----**Após análise, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta.** -----

4.1.2 – PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIO DA REDE SOCIAL – INFORMAÇÃO -----

D.A.G.F./DOC.12

-----O vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal da presença da Dr^a Ana Sofia Rodrigues, em representação do Município de Oliveira do Hospital, no Seminário “Avaliação do Programa Rede Social”, que teve lugar no passado dia 4 de dezembro, em Coimbra, designadamente o facto de o município de Oliveira do Hospital ter sido invocado como o “exemplo de boas práticas em termos de ação social, facto melhorado com a implementação da PASSI”, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma, conforme informação daquela técnica, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

4.1.3 – IMPLEMENTAÇÃO DO SUBPROGRAMA 3 DO PRODER/GAL ADIBER/ BEIRA SERRA – INFORMAÇÃO -----

D.A.G.F./DOC.13

-----Sobre o assunto mencionado em epígrafe, foi presente pelo vereador José Francisco Rolo o e-mail com o registo de entrada nº 15648, de 11 de dezembro de 2012, remetido pelo Coordenador do GAL ADIBER/ Beira Serra, contendo informação relativa ao ponto de situação da implementação do Subprograma 3 do PRODER, para conhecimento do executivo, bem como



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

proposta de participação conjunta (Municípios de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua), na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa 2013, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----Informou ainda que, neste momento, encontram-se em apreciação 28 candidaturas sendo que, à datada de 31 de outubro, o GAL ADIBER/ Beira Serra era o 10º melhor Grupo de Ação Local, em 48 territórios, referindo que, no que se refere à taxa de execução registava 38,6% em relação ao programado na ELD e de 61,9% em relação ao Aprovado.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

4.1.4 – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL PROFESSOR VIRGÍLIO HALL DA FONSECA – CONSTITUIÇÃO DE IPSS / CLDS – CONSELHO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – INFORMAÇÃO-----

D.A.G.F.

-----O vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença numa reunião dos Serviços do Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra, que teve lugar no passado dia 13 de dezembro de 2012, para tratar de assuntos relacionados com o processo de reconhecimento da atribuição do Estatuto de IPSS à Associação de Solidariedade Social Professor Virgílio Hall da Fonseca, de Lagos da Beira, tendo sido informado que o referido processo foi remetido aos serviços da Segurança Social de Lisboa para apreciação.-----

-----O vereador José Francisco Rolo mais informou que no que se refere ao CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social solicitou na mesma reunião a reabertura do processo respeitante a Oliveira do Hospital, tendo sido informado que a Câmara Municipal terá que agora manifestar o seu interesse em continuar com o CLDS. Manifestou no entanto a sua preocupação pelo facto de ter tido conhecimento que as candidaturas aos Contratos Locais de Desenvolvimento Social serão dirigidas por convite aos respetivos municípios.-----

-----Informou ainda que, no âmbito da Ação Social, o Governo, através do Instituto da Segurança Social, foi convidado, no Conselho da Europa, para aderir a um projeto Europeu, tendo tido conhecimento que o Município de Oliveira do Hospital será um dos municípios que irá integrar aquela iniciativa, mediante a celebração de um Acordo de Cooperação.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

4.2 - INTERVENÇÃO DA VEREADORA GRAÇA SILVA-----

4.2.1 – ANIMAÇÃO DE NATAL/2012-----

D.A.G.F.

-----A vereadora Graça Silva propôs à Câmara Municipal que, no âmbito das ações desenvolvidas pelo município como apoio ao desenvolvimento do Comércio Local nesta quadra natalícia, a Câmara Municipal promova a oferta de 1 bilhete de entrada na Casa da Cultura para uma sessão de cinema, durante o mês de janeiro, em compras no mínimo de 10,00 € (dez euros) que sejam efetuadas no comércio local de Oliveira do Hospital até ao dia 31 de dezembro de 2012.-----

-----Após análise, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta.-----

4.3 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA

4.3.1 - ANÁLISE E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À NATALIDADE-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F./DOC.14

-----Tendo presente a proposta de Projeto de Regulamento do Programa Municipal de Incentivo à Natalidade, a Câmara Municipal, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241º da Constituição da República Portuguesa e nos termos do disposto na alínea a) do nº 7 do artigo 64º do Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, deliberou, por todos os membros presentes, aprovar o referido Regulamento com a introdução das sugestões/ alterações propostas pelo vereador Mário Alves, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----Ainda sobre este assunto, o vereador Mário Alves sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara que, em termos administrativos, sejam tomadas as diligências necessárias no sentido de agilizar todo o processo conducente à entrada em vigor deste regulamento já a partir de 1 de janeiro de 2013.-----

-----4.3.2 – MAPA DE FUNDOS DISPONÍVEIS DO MUNICÍPIO - MÊS DE DEZEMBRO/2012-----

D.A.G.F./DOC.15

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por todos os membros presentes, aprovar o Mapa de Fundos Disponíveis do Município de Oliveira do Hospital referente ao mês de dezembro, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

5 – ASSUNTOS A INCLUIR NA ORDEM DO DIA:-----

-----Sob proposta do Presidente da Câmara a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de novembro, na atual redação, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos:-----

5.1 – MANUEL MENDES BORGES - ARRANJO DE TELHADO DE BARRACÃO -----

D.I.O.M.

-----Tendo presente a informação social nº 68/2012, datada de 17 de dezembro, na qual se propõe a atribuição ao Sr. Manuel Mendes Borges, residente na Rua Principal, nº 46, em Travanca de Lagos, de um subsídio no montante de 1.520,00 € (mil, quinhentos e vinte euros) como apoio ao arranjo do telhado de um barracão, que é sua propriedade, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, não atribuir o subsídio proposto e autorizar a execução dos trabalhos necessários por administração direta pelos serviços municipais. -----

5.2 - ASSOCIAÇÃO FILARMÓNICA FIDELIDADE DE ALDEIA DAS DEZ -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Filarmónica Fidelidade de Aldeia das Dez, um subsídio no montante de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros) como apoio à aquisição de dois novos instrumentos musicais (1 TROMBONE YAMAHA YSL 354 VC DO DE PISTOES e 1 SAXOFONE YAMAHA YTS 280 TENOR EM SI BEMOL) e bem assim como apoio à aquisição de 35 novas fardas. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta.-----

5.3 - FILARMÓNICA SANGIANENSE (ESCOLA DE MÚSICA)-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Filarmónica Sangianense (Escola de Música)**, um subsídio no montante de **2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros)** como apoio à aquisição de dois novos instrumentos musicais (1 BOMBARDINO BESSON PRAT Sib 4 Pistons com estojo e 1 SAX BARIT J MICHAEL DOURADO C/E). -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta.-----

5.4 - DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DAS REUNIÕES DE EXECUTIVO PARA O ANO DE 2013 -----

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e de acordo com o previsto no Regimento da Câmara Municipal, aprovado em reunião de Câmara de 24 de novembro de 2009, que as reuniões ordinárias a realizar entre os meses de janeiro a setembro, inclusive, do ano de 2013, tenham lugar nas seguintes datas, sendo a primeira de cada mês, reunião pública: -----

MÊS	DIAS
janeiro	8 e 22
fevereiro	5 e 19
março	5 e 19
abril	2, 16 e 30
maio	14 e 28
junho	11 e 25
julho	9 e 23
agosto	6 e 20
setembro	3 e 17

5.5 - EMPREITADA DE "SUBSTITUIÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS EM VILA FRANCA DA BEIRA" -----

D.I.O.M.

-----Considerando que:-----

-----Na reunião camarária de 18 de setembro de 2012, foi deliberado aprovar o projeto técnico e abrir concurso público para execução da empreitada em epígrafe; -----

-----Que a adjudicação ficou condicionada à obtenção de financiamento comunitário, conforme nota inserta no artigo 16.º do respetivo Programa de Concurso; -----

-----Que o concurso se encontra na fase de análise de erros e omissões; -----

-----Que não obstante os diversos esforços envidados pela Câmara Municipal foi obtida informação de que o projeto não irá merecer financiamento comunitário, no seguimento da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

candidatura apresentada ao POVT - Programa Operacional Temático de Valorização do Território. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a anulação do concurso público para execução da Empreitada de “Substituição das redes de abastecimento de água e águas residuais domésticas em Vila Franca da Beira”, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 79.º e n.º 2 do artigo 80.º do Código dos Contratos Públicos.-----

----- APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente ata em minuta. -----

-----A presente ata foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. - -----

----- CONCLUSÃO DA ATA-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas dezanove horas e seis minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 18 de dezembro de 2012.-----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 18 DE
DEZEMBRO DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta ata ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de agosto.**